

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Uma das principais pautas do Legislativo nesse mês foram as medidas que fazem parte da Reforma Política, entre elas as possíveis mudanças no sistema eleitoral e de governo, que podem vir a representar mais um golpe dentro do golpe, e a investida da coalizão golpista para interditar a candidatura Lula.

Reforma Política

Entre os principais itens aprovados pela Comissão Especial da Câmara que analisa a PEC 77/03 da Reforma Política está a criação de um Fundo Especial para Financiamento da Democracia, que amplia as regras de financiamento coletivo (crowdfunding) para financiamento eleitoral por pessoas físicas (com sigilo do nome do doador se a doação não ultrapassar três salários) e direciona 0,5% da Receita Corrente Líquida da União, o equivalente a R\$ 3,6 bilhões, para as campanhas eleitorais. O dinheiro irá para o partido, que determinará como será distribuído entre os candidatos de seu interesse.

Outros pontos que serão levados à votação no plenário a partir do dia 22 de agosto são a criação de uma cláusula de barreira que limita em 1,5% o número de votos do partido para acesso ao fundo partidário e o tempo de TV, o que reduziria a fragmentação partidária e fortaleceria os partidos, e o fim de coligação em eleição proporcional. Ambos os pontos têm boas chances de serem aprovados

pela Casa.

É em torno do sistema eleitoral que estão as principais divergências. O texto original do deputado Vicente Cândido (PT-SP) previa a mudança no sistema e a adoção do distrital misto, a partir da eleição de 2022. No sistema proporcional atual, o candidato mais votado não necessariamente garante uma cadeira na Câmara. Essa garantia é dada por uma coligação de partidos que deve atingir um quociente eleitoral, ou seja, todos os votos em um partido/coligação são considerados, sendo que estes precisam atingir o quociente eleitoral, que é a razão entre o número de votos válidos e o número de cadeiras.

Pelo distrital proporcional misto, a soma do número de votos de todos os candidatos e do partido define o total de cadeiras disponíveis para cada legenda e os mais votados do partido são eleitos. Assim, metade dos eleitos viria de lista pré-ordenada pelo partido e a outra metade, do sistema distrital (vence o candidato que levar o maior número de votos

no distrito). Com isso, todos os votos são aproveitados e, mesmo que o eleitor não eleja o candidato em quem votou, seu voto é aproveitado para eleger outro nome do partido, que teoricamente possui o mesmo compromisso com o programa defendido.

Os deputados criticaram o relatório de Vicente Cândia por considerá-lo muito complexo e aprovaram uma reforma política mais restrita, com mudança do sistema eleitoral proporcional para o Distritão, com transição para um modelo distrital misto até 2022, o que também não é consenso, mas é o que defende a maioria da base do governo de Michel Temer. Ou seja, é mais um golpe no eleitor, que acaba com os partidos e o compromisso programático e garante a reeleição dos parlamentares atuais, ajudando a reeleger quem já é mais conhecido. Com isso, os atuais parlamentares aumentariam suas chances de manter-se com foro privilegiado em escândalos de corrupção.

Distritão

O chamado Distritão, aprovado pela Comissão que analisa a Reforma Política, prevê que os candidatos mais bem votados ao Legislativo sejam eleitos, independente de seus partidos. Tem como princípio o voto majoritário plurinominal, no qual em um mesmo distrito vários candidatos são eleitos. Na prática, é um sistema contrário à concepção de partido, personaliza o voto, desvincula o candidato da legenda, restringe a renovação, fundamental no processo político, e diminui o número de candidatos. O estado da federação será o grande distrito, ou Distritão, onde serão eleitos os candidatos que individualmente tiverem mais votos, sem nenhum contrapeso proporcional, ou seja, nenhuma consideração com o voto obtido pelos partidos.

A discussão em Brasília, no entanto, não se dá em torno da correção de possíveis distorções do sistema proporcional, como o fim das coligações proporcionais e instituição de uma cláusula de desempenho, por exemplo, que dariam força ao sistema. Parte do parlamento preferiu escolher um modo que enfraquece os partidos e dá força aos candidatos ricos e famosos, lideranças religiosas e midiáticas e prejudica a representação de minorias, de setores organizados da sociedade civil e da classe trabalhadora.

No Distritão, votos em nomes que não se elegem simplesmente são desperdiçados. De acordo com o cientista político Jairo Nicolau, um dos maiores especialistas brasileiros em sistemas eleitorais, se o Distritão estivesse em vigor em 2014, cerca de três milhões e meio de votos para deputado federal, 35% do total, seriam jogados fora, pois foram dados a candidatos não eleitos. Nicolau também afirma que, no mesmo pleito, cerca de cinco milhões de votos para deputado estadual, 49% do total também seriam desconsiderados.

Parlamentarismo

Não bastasse a volta da agenda neoliberal, das privatizações, do desemprego e da exclusão dos pobres no orçamento federal, tucanos e peemedebistas ensaiaram, nesse mês, mais um retorno às pautas e realidades dos anos noventa. A lamentável defesa do parlamentarismo como solução para a crise política em rede nacional por parte do PSDB, no dia 17 de agosto, foi mais uma demonstração de que o partido, que não reconheceu a quarta derrota consecutiva nas eleições presidenciais de 2014, não reconhece resultados das urnas. Em 1993 os brasileiros rejeitaram de maneira incontestável a adoção de um sistema de governo parlamentarista no Brasil, dando preferência ao presidencialismo.

No plebiscito de 1993, os brasileiros foram instigados a escolher entre as formas de governo republicana ou monárquica, e entre os sistemas de governo presidencialista e parlamentarista. Com ampla maioria, definiu-se que o Brasil seguiria sendo uma república (66,26% dos votos) presidencialista (55,67% dos votos). A monarquia obteve menos votos (10,25%) que os brancos (10,29%) e nulos (13,20%), e o parlamentarismo obteve menos da metade dos votos dados ao presidencialismo, apenas 24,91%.

O debate que era dado como encerrado, no entanto, está sendo ressuscitado pelos golpistas. Além do PSDB, o presidente golpista Michel Temer, de acordo com a imprensa, também está disposto a incentivar a transição para o parlamentarismo a partir de 2019. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, entregou, no dia 16 de

agosto, aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), um texto que complementa a PEC 09/2016, editada pelo então senador e atual ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes (PSDB-SP), que tramita no Congresso.

No texto da proposta, a Constituição Federal seria alterada de modo a passar as atribuições de governo ao primeiro-ministro, que deve ser indicado pela maioria dos membros do Congresso Nacional após as eleições, apresentar um plano de governo ao presidente da República e ser nomeado por este. Com as alterações, após seis meses de posse do primeiro-ministro, o Congresso pode destituí-lo por iniciativa de dois quintos dos parlamentares e pelo voto da maioria absoluta de cada casa, ou seja, mais da metade. A partir de doze meses, a iniciativa poderia ser de um terço dos parlamentares. Entre as alterações, está a criação de um Conselho de Ministros, de caráter deliberativo, e a possibilidade de o presidente da República dissolver o Congresso Nacional em caso de crise política e institucional e impossibilidade de formar governo.

Na verdade, as articulações patrocinadas pelo Planalto em torno do parlamentarismo são para barrar, em 2018, a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o ex-ministro do governo Dilma Rousseff (PT) Gilberto de Carvalho: “agora querem trazer de volta o parlamentarismo. Isso tudo é porque eles não têm candidato forte ao Planalto e temem o Lula”.

Opinião: mesmo calada a boca resta o peito...

Pouco mais de um ano das manifestações de massa que culminaram no fim do governo petista de Dilma Rousseff, a rejeição à classe política é generalizada e independente dos partidos. Os dados das últimas pesquisas podem levar a compreender porque as pessoas não estão mais tão dispostas a manifestações públicas. Segundo a pesquisa Pulso Brasil, do Instituto Ipsos, publicada em 13 de agosto pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a grande maioria (86%) da população acha que a democracia no Brasil não é respeitada

Outro dado preocupante revelado pela pesquisa

Ipsos é que somente 50% defendem a democracia. Para um terço dos entrevistados o regime democrático não é a melhor opção para o país e 47% consideram que nosso modelo de democracia não é o melhor regime para o Brasil. A taxa de apoio ao modelo brasileiro de democracia é de 38%.

A pesquisa também mostra que 94% dos eleitores não se sentem representados pelos políticos que estão no poder e 86% não se sentem representados pelos políticos em quem votaram. Para 88% dos entrevistados, a concordância com a afirmação que “as pessoas deveriam se unir em torno das causas comuns, e não brigar por partido”, é semelhante à parcela que considera que “o problema do país não é o partido, mas o sistema político” (81%) e que “brigar por partido” faz com que as pessoas não discutam os reais problemas do Brasil” (84%).

Segundo o mesmo levantamento, para 95% o país está no rumo errado, 94% desaprovam a maneira como Michel Temer atua no país, 85% avaliam o atual governo como ruim ou péssimo e 57% não depositam nenhuma expectativa no futuro desse governo.

O levantamento também mostra que apesar da descrença sobre as mudanças políticas, a maioria (84%) acredita que é possível estabelecer um governo sem corrupção e 90% consideram que o Brasil teria outro nível de desenvolvimento não fossem os problemas relacionados à corrupção, já que 89% afirmam que o país tem riquezas suficientes para ser uma nação de primeiro mundo. Para 96%, todos devem ser iguais perante a lei, mas somente 15% consideram que essa regra é devidamente observada no Brasil.

Outra pesquisa, realizada pelo *Poder 360*, entre 12 e 14 de agosto, questionou seus entrevistados acerca da recente rejeição dos deputados da Câmara à denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer, e 77% consideram que foi um erro, e que os deputados deveriam ter votado pela abertura do processo de investigação contra Temer. Esse levantamento confirma a baixa avaliação positiva do governo, em 5% de ótimo ou bom, e 75% acham o governo ruim ou péssimo. O Congresso é considerado ótimo ou bom por somente 4%, e 65% possuem avaliação negativa em relação ao ele.

A pesquisa do *Poder 360* também mostra que o PT vem recuperando seu capital eleitoral e, a despeito do profundo massacre midiático que o partido sofre nos últimos anos, ainda tem um potencial de voto de 34% (21% votariam com certeza em um candidato do PT e 13% poderiam votar em candidato do partido), enquanto 49% dizem que não votaria em candidato do PT de jeito nenhum.

O PSDB, principal partido de oposição ao PT, tem rejeição ainda maior, com 54% que não votariam de jeito nenhum em candidatos do partido, 13% de um todo mais volátil de eleitores que poderiam votar e apenas 4% de eleitorado fiel, que com certeza votariam em candidatos do PSDB.

Se a eleição fosse hoje e em igualdade de condições, em cenário com Lula, Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Marina Silva e Geraldo Alckmin. Lula teria 32% dos votos e Bolsonaro 25%, outros 23% votariam em branco ou nulo. Em cenário com os mesmos candidatos, mas João Dória, em lugar de Geraldo Alckmin, pelo PSDB, Lula manteria a mesma votação, na margem de erro, com 31%, e Bolsonaro perderia votos (18%), para João Dória (12%) e o percentual de brancos e nulos seria mantido em 23%.

Se por algum motivo Lula não concorresse e os candidatos a presidente em 2018 fossem Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Marina Silva, Geraldo Alckmin e Fernando Haddad, o número de votos brancos e nulos cresceria para 38%, Bolsonaro ficaria com 27% e os demais Alckmin 9%, Marina e Ciro 8% e Haddad 3%. Na disputa com João Dória pelo PSDB, 36% anulariam voto, Bolsonaro ficaria com 25% e Dória com 12%.

A pesquisa do *Poder 360* deixa claro não há candidato capaz de enfrentar e vencer Lula nas urnas e é preciso reforçar que a “eleição sem Lula é fraude” e fazer a defesa de seu direito a candidatar-se. É o justo e o que deseja a maioria da população brasileira.

É necessário esclarecer a população sobre o perigo contido nas alternativas postas pela direita. Defendemos o financiamento público das campanhas eleitorais; a adoção do voto em lista partidária; o fim de coligações proporcionais; e a criação de federações partidárias, entre outras medidas que estimulem a participação popular, além do direito de Lula disputar as eleições e fazer valer o voto da população que vê nele o melhor presidente que o Brasil já teve.